

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 084

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE JUNHO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 058ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE JUNHO DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1710

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário,

respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução nº 009/2002, de autoria de diversos senhores deputados, que dispõe sobre a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar o crime organizado e assassinatos do deputado Tiago Amorim Novaes e da região metropolitana de Curitiba, item 05 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.06.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1708

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do senhor Eusny José Pereira, ocorrido em 17 de junho do corrente ano, no município de Francisco Beltrão.

Eusny José Pereira, conhecido como Pereirinha iniciou sua carreira na década de 80, na Rádio Itapuã, de Pato Branco. Dali ele seguiu para trabalhar em televisão e jornal de Alta Floresta (MT) e anos depois veio trabalhar na Rádio Princesa de Francisco Beltrão.

Entre os anos de 1994 e 2000 Pereirinha comandou dois programas na Rádio princesa AM, um matinal das 8 às 10 e um programa policial das 12h30min às 15 horas, que tinha grande audiência. O radialista possuía um estilo próprio de fazer programas de rádio. Era um jeito popular, descontraído e com muitas opiniões sobre política, segurança pública e economia.

Após sair da Rádio Princesa, o radialista e a esposa Odete Pereira dedicaram-se à SN Notícias, uma agência de notícias voltada para as emissoras de rádio. No apartamento do casal foi montado um estúdio para a transmissão de notícias ao vivo. Durante a semana Pereirinha passava boletins via telefone para as rádios Chopinzinho, Clube (Realeza), Entre Rios (Santo Antônio do Sudoeste), Ampére, Vale do Iguaçu (Verê) e Independência (Salto do Lontra).

O sonho do radialista era transmitir de seu estúdio em Beltrão, um programa noturno para as emissoras da região. A audiência das redes de TVs à noite é grande, mas Pereirinha achava que um programa bem feito poderia atrair a audiência para as emissoras de rádio que integrassem a cadeia.

Pereirinha foi sepultado no Cemitério de Vitorino, município onde nasceu (dia 5 de abril de 1950) e cresceu. O radialista deixa a esposa Odete Maria e um casal de filhos, Adeline e Eduardo.

Era um jornalista muito popular e querido pelos seus ouvintes, familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 19.06.2002

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 1711

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar à senhora Sueli Stocco, pelo falecimento de seu esposo senhor Valmor José Stocco, ocorrido em Moreira Sales, no dia 18 de junho de 2002.

Sala das Sessões, em 19.06.2002

(a) EDNO GUIIMARÃES

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 451/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Programa Interdisciplinar e de Participação Comunitária para combater a violência nas escolas da Rede Pública de Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Paraná, que será chamado de Programa Diga Não à Violência em Sua Escola.

Art. 2º - O programa de que trata o artigo anterior tem os seguintes objetivos:

I - desenvolver ações preventivas e educativas voltadas ao combate à violência nas escolas estaduais;

II - engajar tanto a escola como a comunidade em sua volta nas ações referidas no inciso anterior;

III - formar grupos de trabalho vinculados ao Conselho da Escola para atuarem no combate à violência dentro da escola;

IV - garantir a qualificação e o treinamento de todos os integrantes no propósito de combate à violência.

Art. 3º - fazem parte dos grupos de trabalho o corpo docente e discente da escola, os serviços operacionais da rede de ensino (especialistas educacionais no combate à violência escolar), pais dos alunos, vigilantes escolares e representantes da comunidade ligada à escola.

Parágrafo Único - Para a implantação do disposto acima o Poder Executivo criará o Cargo de Vigilante Escolar, com requisito de experiência na área de segurança para preenchimento do cargo.

Art. 4º - Caberá à Secretaria de Estado da Educação a coordenação e implantação do Programa Diga Não à Violência em sua Escola.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 6º - No prazo máximo de 90 (noventa) dias após a publicação desta lei o Poder Executivo a regulamentará.

Art. 7º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.2002

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A segurança é um direito inviolável do cidadão brasileiro, conforme preceitua o *caput* do artigo 5º da Constituição Federal.

Outrossim, a segurança pública é dever do Estado e é exercida para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio. Cabe à Polícia Militar combater a violência e a desordem pública. Contudo, ela não pode estar em todos os lugares ao mesmo tempo, cumprindo tão nobre missão. Por isso, precisamos mais de ações preventivas do que ações ostensivas. Necessitamos que nossos jovens sejam radicalmente contra atos violentos, seja em suas vidas particulares, seja na vida estudantil. E só conseguiremos êxito, se os educarmos para a não violência, inculcando-lhes a importância da paz social.

Estes são os primordiais motivos pelo que esperamos poder contar com a aprovação da medida aqui proposta.

PROJETO DE LEI Nº 452/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Executivo Estadual de implantar a obrigatoriedade do ensino das artes nas escolas da Rede Pública de Educação do Paraná.

I - todos os alunos serão atendidos.

II - não haverá avaliação por nota ou prova.

III - serão envolvidos no projeto: alunos, professores da Rede Estadual, professores especializados nas artes, comunidade, município, Estado, empresas, fundações e universidades.

IV - as matérias serão aplicadas nos Centros de Excelência das Artes e nas salas de aulas das escolas.

Art. 2º - As matérias apresentadas no projeto serão: música, teatro, dança, artes visuais, laboratórios de criatividade e como complemento matérias das áreas de saúde e meio ambiente.

I - da música:

a) abrange aulas de técnica vocal, coral, percussão, sopros, madeiras, metais e cordas;

b) formação de orquestras mirins, juvenil, bandas, coral, grupos de percussão;

c) gênero: erudita, popular, folclórica e hinos pátrios;

d) formação de um banco de partituras com material didático, repertório, arranjos musicais adequados para os grupos e elaboração de amplo material didático;

e) cursos especiais para os professores da Rede Estadual de Educação, como técnica vocal, noções básicas de música com acompanhamento de fonoaudiólogo para melhorar a saúde vocal e comunicação dos professores;

f) participação dos pais dos alunos, que formarão também coral de música, grupos de dança, teatro, etc, utilizando o espaço da própria escola (facultativo);

g) a música e a arte para atender e ajudar os alunos que necessitam de cuidados especiais.

II - do teatro:

a) expressão corporal e gestual;

b) montagem de peças teatrais;

c) voz, fala, dicção, sorriso;

d) literatura e teatro;

e) criação de textos;

f) teatro e pedagogia geral;

g) fantoches;

h) circo - prática circense.

III - da dança:

a) desenvolvimento corporal;

b) expressão corporal;

c) equilíbrio;

d) formação de grupos;

e) coreografia de música erudita, popular, jazz, flamenca, folclore e balé clássico.

IV - das artes visuais:

a) desenhos artísticos;

b) pintura em tela, acrílico, óleo, porcelana, gesso;

c) ilustrações de textos;

d) escultura;

e) decoração de salas de aulas;

f) pintura em seda, papel artesanal;

g) estuques, mármore;

h) bordados;

i) fotografia;

j) cinema.

V - do laboratório de criatividade:

a) construção de instrumentos musicais;

b) trabalhar com sucatas, material reciclável;

c) trabalhos manuais, artesanais, maquetes;

d) confecção de cartazes;

e) montagem de jornais, revistas e livros;

f) o laboratório atuará em sinergia com todos os cursos dos Centros de Excelência das Artes.

VI - da área médica:

a) fonoaudiólogo: trabalhará em conjunto com o professor de técnica vocal e fará acompanhamento permanente da saúde vocal dos professores da Rede Estadual de Educação;

b) fisioterapeuta: fará acompanhamento permanente junto aos alunos e professores da Rede Estadual de Educação, orientando com exercícios práticos para prevenir contra a Ler (lesão por esforço repetitivo);

c) pediatra: fará palestras sobre saúde infantil, para os pais, alunos e professores da Rede Estadual de Educação;

d) neurologista: fará avaliações técnicas sobre as influências que a arte exerce no cérebro e a sua contribuição no processo de aprendizagem;

e) oculista: fará acompanhamento da saúde ocular dos alunos;

f) dentista; cuidará das questões da saúde bucal, cuidados e prevenção.;

g) nutricionista: cuidará de todos os aspectos relacionados à orientação nutricional;

h) assistente social e psicólogo: cuidará do acompanhamento psicológico do aluno em casos especiais;

i) todos esses profissionais da área médica atuarão em conjunto com os da arte;

j) criarão revistas de orientação sobre a saúde com os profissionais dos cursos de artes.

VII - agricultura:

a) engenheiro agrônomo: cuidará da organização de espaços reservados à natureza nos Centros de Excelência, tipo de plantas a serem cultivadas, manejo e orientação junto aos alunos;

b) as hortaliças cultivadas poderão ser consumidas nos próprios colégios e Centros de Excelência.

c) Orientação sobre ecologia, preservação do meio ambiente e reciclagem.

VIII - da educação física:

a) professor de ginástica: cuidará dos parques dos Centros de Excelência e orientação de ginástica apropriada para melhorar a auto-estima, confiança e equilíbrio;

b) poderá atuar junto com a fisioterapia e grupos de música e dança.

IX - da comunicação/assessoria de imprensa:

a) jornalista: cuidará da orientação para a confecção de jornais, revistas e livros;

b) atuará junto com o laboratório de criatividade;

c) as revistas e jornais confeccionados no laboratório, registrarão todos os eventos realizados nos Centros de Excelência das Artes e outros temas relacionados à educação, cultura, e ecologia;

d) cuidará da divulgação dos trabalhos realizados nos Centros de Excelência;

e) organizar concursos literários e de música entre os alunos e a sua publicação.

X - da informática. A criação artística através do computador:

a) o profissional em multimídia / designer gráfico: cuidará de elaborar um software, internet e orientação de criação artística no computador;

b) servirá de apoio para todos os cursos desenvolvidos nos Centros de Excelência.

Art. 3º - Para cada área de ação terá um corpo docente profissional. O número de profissionais será de acordo com a necessidade de cada área:

I - das artes:

- a) música;
- b) teatro;
- c) dança;
- d) artes visuais;
- e) laboratório de criatividade.

II - da área médica:

- a) fonoaudiólogo;
- b) fisioterapeuta;
- c) pediatra;
- d) neurologista;
- e) oculista;
- f) dentista;
- g) nutricionista;
- h) assistente social;
- i) psicólogo.

III - da agricultura - ecologia:

- a) engenheiro agrônomo.

IV - da educação física - ginástica:

- a) professor de educação física.

V - da comunicação / assessoria de imprensa:

- a) jornalista.

VI - dos professores da Rede Estadual de Educação:

a) todos os professores atuarão como apoiadores do projeto;

b) todos os professores de Educação Artística participarão diretamente do projeto;

c) os professores de Educação Artística receberão orientação e reciclagem didática ministrados pelos professores do corpo docente dos Centros de Excelência.

d) todos os professores da Rede Estadual de Educação poderão participar dos cursos.

Art. 4º - Será formado um conselho com um representante em cada área para elaborar o plano de ação e metodologia a ser aplicada. Também fará parte do conselho, representante dos pais dos alunos de cada núcleo regional, diretor do Centro de Excelência, Secretarias Municipal e Estadual de Educação e direção geral do projeto:

I - o conselho de cada área será um professor do quadro profissional dos Centros de Excelência das Artes que atuará como coordenador de área;

II - apresentará material didático e pedagógico com definições de faixa etária;

III - apresentará material didático específico para atender e orientar os professores da Rede Estadual de Educação especialmente os de Educação Artística;

IV - apresentará avaliação anual dos resultados obtidos;

V - apresentará programas para as apresentações;

VI - apresentará programa de orientação aos pais;

VII - o conselho será responsável pela fiscalização, execução e acompanhamento geral do projeto juntamente com as Secretarias Municipais e Estadual de Educação, Meio Ambiente, Saúde, Segurança Pública e Cultura.

Art. 5º - Todos os profissionais da área médica, educação física, agricultura e jornalismo terão contato permanente com o conselho das artes para desenvolver novas abordagens pedagógicas e educativas de conscientização, utilizando a arte como linguagem na orientação relacionada à saúde, nutrição, ecologia e meio ambiente.

Art. 6º - Será criado um corpo administrativo para cuidar especificamente dos Centros de Excelência:

I - cuidará da operacionalização;

II - orçamento;

III - aquisição de material;

IV - recursos humanos;

V - recursos físicos;

VI - captação de recursos financeiros;

VII - agenda para eventos.

Art. 7º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual de realizar convênios e parcerias:

I - a Secretaria de Estado da Educação fará convênio com: Governo Federal e Estadual, Associação Médica, Associação dos Odontólogos, Conselho de Psicologia, universidades, empresas públicas e privadas, organismos internacionais, órgãos públicos e fundações;

II - cada Centro de Excelência poderá ter o seu próprio financiador;

III - viabiliza a criação de um fundo de recursos específico para os Centros de Excelência para agilizar a liberação de verbas.

Art. 8º As fontes de recursos para o projeto serão do município, Estado, governo federal, empresas públicas e privadas, organismos internacionais, fundações e leis de incentivo à cultura.

Parágrafo Único - Os Centro de Excelência poderão receber doações diretamente de pessoas jurídicas e físicas e prestarão contas ao conselho.

Art. 9º - Dos Centro de Excelência das Artes:

I - para cada Núcleo Regional de Ensino haverá um Centro de Excelência das Artes;

II - o Centro de Excelência terá salas apropriadas para cada matéria;

III - terá um parque de diversões para as crianças, lanchonete, espaço para a ecologia, hall de entrada para o lazer, exposições e apresentações, biblioteca / museu e um anfiteatro;

VI - os Centros de Excelência serão construídos em pontos estratégicos do município ou em espaços das próprias escolas para facilitar o acesso dos alunos e da família;

V - a sua construção será planejada por arquitetos e artistas para criar um padrão e facilitar a sua execução.

Art. 10 - Em cada Centro de Excelência das Artes haverá um diretor e equipe necessária à sua administração.

Art. 11 - Para todos os Centros de Excelência e o projeto como um todo haverá uma direção geral, que responderá pela direção artística / pedagógica e organizacional do projeto, juntamente com o conselho.

Art. 12 - Divulgar o projeto com os resultados obtidos nas escolas com depoimentos dos pais, alunos e professores da Rede Estadual de Educação:

I - a Rádio e Televisão Educativa do Paraná realizará as gravações em áudio e vídeo;

II- enviar gravações dos trabalhos e eventos para os organismos internacionais, Unesco, fundações, governos e Ministérios da Educação, Cultura, Saúde, Segurança Pública e Meio Ambiente.

Art. 13 - Criação de uma teoria de instrução com amplo material didático, embasados nos resultados obtidos na educação geral dos alunos.

Art. 14 - Todo o conselho se reunirá uma vez por ano para avaliação geral, apresentação de novas propostas, cronogramas de atividades e prestação de contas.

Art. 15 - Será publicado uma vez por ano uma revista contendo todas as informações e funcionamento dos Centros de Excelência, entrevistas, resultados obtidos e eventos realizados.

Art. 16 - Criação de uma ouvidoria que atenderá todos os Centros de Excelência, para receber sugestões e reclamações.

Art. 17 - Os alunos se apresentarão em escolas, órgãos públicos, teatros, asilos, creches, hospitais e em regiões carentes, levando música, teatro, dança e presentes confeccionados nos laboratórios de criatividade dos Centros de Excelência.

Art. 18 - Será permitida a participação de voluntários e estagiários.

Art. 19 - Esta lei entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.2002.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná está entre os Estados mais importantes do Brasil, com expressiva diversidade étnica e necessitando de maiores atividades culturais no ensino público objetivando atingir um padrão educacional de primeira

qualidade. A introdução da prática da música nas escolas, com a formação de bandas de músicas e orquestras mirins, conjuntos de percussão, coral e a arte em geral, deve ser uma aliada da pedagogia aplicada na Rede Estadual de Ensino. O apoio a esse projeto poderá criar um Programa Nacional de Educação e Orientação das Artes, criando amplo material didático, bem como vem ao encontro dos anseios culturais e artísticos dos alunos, exercendo uma influência positiva no aprendizado geral e, ao mesmo tempo, visa diminuir a violência, a repetência, a evasão escolar e melhorar a disposição para o aprendizado e estímulo à leitura.

A palavra educação vem do latim “*educere*”, que significa extrair, tirar e desenvolver. A palavra cultura vem do verbo latino “*colere*” que quer dizer cultivar.

Cultivar as artes no aprendizado escolar de forma adequada, levará sem dúvida nenhuma o indivíduo a desenvolver-se mais, fazendo fluir e extrair a criatividade que é inerente a todos.

O grande pensador grego Sócrates já dizia: “*Exercita-te na música*”.

Aristóteles também já fazia referência à música: “...emoções de toda as espécies são produzidas pela melodia e pelo ritmo; através da música, por conseguinte, o homem se acostuma a experimentar as emoções certas; tem a música portanto, o poder de formar o caráter...”.

Vale também citar a frase de um dos maiores violinistas do mundo Yehudi Menuhim: “A música cria ordem a partir do caos; pois o ritmo impõe unanimidade ao divergente, a melodia impõe continuidade ao descolado e a harmonia impõe a compatibilidade ao inconsequente”.

É importante ressaltar que as últimas descobertas no campo da neurologia e da pesquisa cerebral, apontam que o ensino da música e da arte em geral é extremamente importante para o desenvolvimento do cérebro da criança e ajuda no aprendizado geral.

Utilizando aparelhos de última geração, como os “scanners” e o desenvolvimento da biologia molecular, os cientistas conseguem acompanhar todo o desenvolvimento cerebral, bem como as conexões dos neurônios.

Segundo Harry Chugani, neurologista da Universidade de Michigan e um dos maiores especialistas em pesquisas cerebral os Estados Unidos, “o maior potencial de aprendizado das crianças ocorre dos 2 aos 10 anos. As crianças deveriam aprender música e línguas estrangeiras na pré-escola, quando as conexões entre os neurônios que determinam a habilidade de tocar um instrumento musical ou de falar vários idiomas estão sendo formados”.

As descobertas mais recentes constataram que a habilidade de tocar um instrumento musical ocupa a mesma área do cérebro usada para aprender conceitos matemáticos e de geometria espacial. “São muitas as chances de que o hábito de ouvir música e a habilidade de tocar um instrumento aumentam a capacidade da criança em executar o raciocínio lógico e espacial”, afirma Chugani.

Segundo a professora de desenvolvimento humano da Universidade da Maryland dos Estados Unidos, Carol Seefeld, “com pesquisa sobre o cérebro, você pode provar que, quanto mais você brinca, pula, corre, canta, faz-de-conta, mais sinapses você terá no cérebro. A brincadeira provoca mudanças físicas no cérebro, ele literalmente cresce”.

Faz-se necessário também citarmos alguns artigos da Constituição Brasileira.

Da Educação

Art. 205 - A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VII - garantia de padrão de qualidade.

Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Art. 210 - Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Art. 214 - A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e a interpretação das ações do Poder Público que conduzem a:

III - melhoria da qualidade de ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística científica e tecnológica do País.

Art. 215 - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura

nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Da União

Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios;

V - Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

Do Desporto

Art. 217 - É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

II - A destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

§ 3º - O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Do Meio Ambiente

Art. 225 - Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial e sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

VI - Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

A Cultura na Sociedade, a Música e a Arte

A palavra cultura vem do verbo latino “*colere*”, que significa cultivar e o seu sentido original está relacionado às atividades agrícolas.

São muitos os conceitos e concepções surgidos a partir do momento em que a cultura passou a ser uma preocupação de várias áreas do conhecimento humano no decorrer do tempo e, principalmente, após a segunda metade do século passado.

Cultura não é apenas um conjunto de manifestações da vida social de um povo, como a religião, os costumes alimentares, as festas populares, ou então, as atividades artísticas de maneira geral, como a música, a dança, a pintura: é também tudo o que caracteriza uma sociedade ou grupo humano. Está presente em todas as classes sociais, fazendo parte de todos os seus aspectos, processos e expressões e está inserida nas mais variadas formas de comportamento de vida de uma sociedade. Cultura é um mecanismo de construção histórica, um meio de difundir o saber dos povos e um processo dinâmico de criação constante, constituindo-se num conjunto amplo e complexo de ações, servindo de referência para compreender as tendências, os conflitos e as transformações de cada sociedade deste mundo contemporâneo.

A percepção das diversidades culturais das sociedades e o próprio ambiente em que vivemos constitui-se num grande canal para a reflexão e a compreensão da nossa própria história e evolução. Compreender essa diversidade ajudaria muito a eliminar preconceitos, discriminações, conflitos raciais, étnicos, etc. O comportamento, as atitudes, os hábitos de um indivíduo são o reflexo do seu ambiente cultural, formado através de um processo cumulativo de aquisição de informações que, assimilamos consciente e inconscientemente. Para entendermos melhor o nosso próprio País é fundamental considerar a diversidade cultural presente na sociedade brasileira, formada de povos vindos do mundo inteiro.

A ampliação dessa percepção estimula novas maneiras de pensar, de agir e de se relacionar dentro deste universo heterogêneo e complexo de comportamento, e abre novos horizontes para o nosso bem-estar. As vertentes que confluem para essa assimilação são de natureza diversa, originárias, por exemplo, no ambiente em que o indivíduo vive, no grau de formação intelectual, educacional, familiar e das circunstâncias que rondam as nossas vidas e são fundamentais para o entendimento e identificação das informações que cada cultura expressa, ajudando-nos a pensar melhor sobre a própria existência da vida humana.

A observação da cultura dos povos em geral nos proporciona uma referência eficaz para a compreensão dos conflitos que grassam a humanidade e, conseqüentemente, ajuda a descobrir caminhos que tragam a paz e o bem-estar dos povos e de todo o mundo.

E a música pode nos ajudar a compreender melhor o mundo e sermos mais tolerantes e lidar melhor com as próprias agressões? Acredito que a introdução de uma cultura musical bem organizada nas escolas, efetivamente pode servir como um veículo para ampliar a nossa percepção e contribuir para o desenvolvimento da criatividade através da criação desse ambiente sonoro ou laboratório musical e servir de apoio para outras matérias curriculares. Nessa proposta não há preocupação em formar músicos profissionais e sim o que a música pode contribuir para a pedagogia de forma geral com enfoque lúdico. Em cada ser humano existe um talento latente para algum campo da atividade humana, ou até mesmo a fusão de várias especialidades. O contato com a música e a arte em geral pode definitivamente contribuir nesse aspecto e ajudá-lo a definir metas na vida.

Definir nossas metas na vida é tornar-se um pouco mais feliz e encontrar-se consigo mesmo. Devemos dar importância ao conhecimento de si mesmo durante o processo de aprendizado, sendo vital para realçar outras formas de conhecimento como a própria especialização das disciplinas organizadas que iremos atuar, trazendo-nos prazer e satisfação no exercício dos nossos ofícios. Quando encontramos verdadeiramente nosso ideal e o desenvolvemos com honestidade e dignidade, temos como conseqüência uma concentração maior de energia no processo de realização do aprendizado, da criatividade

e o nosso crescimento, contribuindo mais eficientemente para a sociedade. O trabalho é a maior oração da vida e quando trabalhamos com amor e em prol da humanidade, oramos mais ainda.

Objetivos Gerais da Música e das Artes

1 - O contato com a música contribuiu significativamente para ampliar a percepção e a criatividade na formação escolar da criança.

2 - Cada criança é dotada de potencialidades natas em diferentes terrenos. Utilizar a música para descobrir e desenvolver essas potencialidades e despertar as faculdades directivas de cada criança, sendo capaz de influenciar e predispor a criança e estudar mais eficientemente.

3 - Aumentar a vitalidade geral da criança através da música como auto-estima, alegria, disciplina, interesse pelos estudos aumentando a atividade e a lidar melhor com as próprias carências e agressões.

4 - Promover a fé em si mesmo, estimulando os movimentos internos e externos, baseados na observação e experimentação.

5 - Socialização através da convivência musical em grupo, como recebedor e criador de valores.

6 - Desenvolver a capacidade de progredir, superar erros, interpretar e aprender por si mesmo, sentido de ordem, compreensão, tolerância, solidariedade, organização e comunicação.

7 - A música como energia mediadora e transformadora das dificuldades, Re-Harmonizar, Re-Humanizar. A música influencia o organismo para o aprendizado e desenvolve a percepção das partes que se juntam para formar um todo.

8 - Ajudar na concentração e memória. O ritmo no aumento do rendimento corporal e cerebral.

9 - Através do estímulo auditivo melhorar a dicção, muitas vezes deformadas devido ao ambiente familiar e meio social em que vive ou a própria cultura do ambiente onde a criança passa a maior parte do tempo. Ouve-se errado e pronuncia-se errado, não gesticulando adequadamente os músculos faciais e vocais envolvidos na emissão da fala.

10 - Melhorar o raciocínio lógico, coordenação motora e respiração.

11 - A música como fonte revitalizadora da criatividade individual e coletiva.

12 - Desenvolver a percepção como ouvinte passivo, ativo e participante da produção sonora.

13 - Utilizar a voz-fala, voz-canto, voz-sorriso, gestos e instrumentos musicais com a dança.

14 - A respiração através do canto e instrumentos de sopro e a sua importância para a saúde.

15 - As relações sonoras criadas no Laboratório Sonoro podem ajudar a criar uma faculdade interior de construção sonora interna, desenvolvendo a música ambiental e individual para ajudar na formação de uma consciência crítica e um sentido de identidade.

16 - Transformar os sons em palavras de motivação e auto-estima.

17 - Desenvolver a capacidade de sonhar, desejar, ter esperança, sorrir e manter a força vital do desejo.

18 - A música para ajudar a redespertar e recuperar o tempo perdido do ponto de vista cerebral.

19 - No laboratório buscar outras fontes sonoras ou de geração de som, como por exemplo, construção de instrumentos musicais.

20 - Análise das reações da criança ante a música e quais as reações no íntimo e o que ela significa ou está significando para a sua vida (ficha própria).

21 - A música e a criança que necessita de cuidados especiais.

22 - Contribuição para a formação da cidadania humanística e cultural geral.

23 - Através da arte, combater a violência, drogas e bebidas alcoólicas.

24 - Aumentar o interesse pelos estudos, leituras e definições de metas.

25 - A arte na educação da saúde vocal, odontológica, nutricional e melhoria da saúde geral dos alunos.

26 - O sorriso e o grito no teatro, dança, música e ginástica para desenvolver a auto-estima, confiança, concentração, força e ajudar a eliminar a agressividade, depressão, estresse.

27 - Desenvolvimento de uma consciência crítica.

28 - Antes do início da primeira aula do período (manhã ou tarde) das matérias curriculares praticar um pouco de exercícios vocais e cantar uma música. (Obs.: Haverá repertório apropriado e dividido por faixas etárias e/ou séries. Os professores receberão orientação adequada de como ministrar esse repertório em sala de aula).

29 - Engajar os pais a participarem dos cursos e do coral com orientação específica e dirigida, para construir um ambiente sonoro familiar.

30 - Promover um estudo sistemático do próprio ensino fundamental.

31 - Criar um curso específico de orientação musical para os professores da Rede Estadual de Ensino.

32 - Quando os grupos já estiverem preparados, formar um repertório especial para visitarem os hospitais, asilos, creches, e institutos de saúde, levando música, teatro, brincadeiras e presentes construídos no laboratório de criatividade.

33 - A música e a natureza, educação ambiental, as leis de trânsito e seus símbolos. Engajamento das crianças em campanhas utilizando a música para conscientizar e orientar na preservação e respeito ao meio ambiente.

34 - Os grupos musicais como suporte ao teatro, dança e apresentações literárias.

35 - Organizar apresentações didáticas em todas as escolas da rede municipal onde cada criança ou adolescente falará do instrumento musical que executa.

36 - Educação Cívica, Execução de Hinos Pátrios nas escolas e seus aspectos legais.

37 - Presença da banda nas datas cívicas e eventos, posses de autoridades, personalidades e homenagens como aniversário da cidade, dia da criança, festas natalinas etc.

38 - Criar um Laboratório Sonoro de referência.

39 - Fazer a junção de coral e a banda na apresentações e também os grupos de percussão.

40 - Descobrir talentos na Rede Estadual de Ensino no campo artístico. Apoio ao talento individual.

41 - Estimular o aspecto lúdico da música.

42 - Oficina de reparos, manutenção e repercussão de instrumentos musicais.

43 - Difundir a cultura musical das diversas etnias existentes no Estado do Paraná.

44 - Formar um repertório eclético indo do popular ao erudito e difundir a música folclórica brasileira.

45 - Repertório de música folclórica do mundo inteiro.

46 - Estabelecer cronograma permanente de apresentações durante o ano.

47 - Formação de grupos de percussão, coral, bandas e orquestras mirins, teatro, danças, atividades circenses e artes visuais.

48 - Maior integração entre escola, família e comunidade.

49 - As leis de trânsito e os seus símbolos. Através desse aprendizado nas escolas, os alunos pressionarão os próprios pais a respeitarem as leis de trânsito.

50 - Formação de escolas livres de música através da banda, coral e grupos de percussão.

A importância da Banda de Música e do Coral

É triste constatar, mas a realidade nos mostra que as Bandas de Música estão desaparecendo em nosso País. A maioria delas sobrevive através do esforço e do ideal de seus integrantes. A falta de incentivos e a desativação que vem ocorrendo tem como reflexo o empobrecimento musical e artístico de uma nação.

A banda faz parte da vida cultural e artística da cidade, sendo integrante do patrimônio histórico dos municípios, levando alegria e comunicação ao povo com seu poder de mobilização e conagração que proporciona e emana através do seu gesto e do seu som, num movimento singelo e espontâneo que a todos encanta.

A banda é um celeiro de músicos para as Orquestras Sinfônicas, grandes mestres da música foram integrantes e maestros de banda, podemos citar como exemplo o saudoso Maestro Eleazar de Carvalho, foi Regente da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, tendo já regido orquestras do mundo inteiro e atuou como Baixo-Tuba na Banda de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro; Giuseppe Verdi, um dos maiores compositores da ópera, foi também Maestro de Banda na Itália; Carlos Gomes, o "Tinoco" como era chamado na banda, aos 10 anos já tocava com seus irmãos na banda de Campinas, sob a regência de seu próprio pai Manoel José Gomes.

A banda é uma das formas de preservar a Música Popular Brasileira. Sua presença é fundamental no sentido de contribuir para a musicalização do povo, devendo não só se apresentar nas solenidades e comemorações cívicas, mas também buscar maior penetração junto a comunidade, como por exemplo realizar concertos educativos. Uma banda bem estruturada, do ponto de vista instrumental, técnico e musical pode ter um repertório eclético, passando do popular ao erudito. Em qualquer concerto em praça pública que ela estiver se apresentando as pessoas param espontaneamente para assisti-la, formando um movimento de identificação cultural.

Devemos incentivar a formação de Bandas Municipais, Fanfarras e Coral de Música nas escolas, e cada município pode trabalhar nesse sentido, pois o contato com a música amplia a percepção e contribui para o desenvolvimento e a formação escolar da criança, constituindo-se em verdadeiras escolas livres de música que proporciona também o aspecto lúdico e o lazer à comunidade e aos estudantes, cumprindo assim uma das funções da música.

Antes de formar uma banda, porém, é fundamental preparar os estudantes e professores, com material didático adequado e uma boa orientação aos dirigentes de banda. Não se deve disponibilizar instrumentos musicais caros e de difícil execução, sem antes preparar o aluno para essa etapa. É preciso ter critérios técnicos para a destinação de instrumentos musicais. Durante esse primeiro contato com a música, além do aprendizado em si, é preciso despertar interesse no estudante e uma conscientização que esse envolvimento com a música poderá ajudá-lo no desenvolvimento escolar, e na sua própria vida, independente da profissão que exercerá futuramente.

A banda sempre esteve presente nas manifestações cívicas do Brasil, e vale lembrar aqui um episódio pitoresco que aconteceu no primeiro aniversário da Proclamação da República envolvendo a “Banda Musical 15 de Novembro”, que saiu às ruas para comemorar com o povo. Segundo jornal da época, “Weril”, de São Paulo, diz o seguinte: “No primeiro aniversário do novo governo a banda saiu às ruas para comemorar junto ao povo a data histórica. Ao chegar no Largo da Estação, originou-se um conflito de grandes proporções entre republicanos e monarquias, misturando-se os músicos aos contendores. Com a intervenção da polícia, foram todos para trás das grades, inclusive os músicos.

Em sinal de protesto pela prisão, resolveram tocar o Hino à Bandeira. O povo postado no Largo da Estação, ao ouvir os acordes iniciais da música, armou-se de inteiro entusiasmo e exigiu o relaxamento da ordem de prisão dos músicos. Não teve o delegado outra alternativa senão atender ao apelo da Multidão. Assim continuaram as manifestações de regozijo até altas horas da madrugada”.

O poeta e compositor Chico Buarque nos mostra através da sua música “A Banda”, as peculiaridades e o

encanto que ela proporciona quando passa, despertando o interesse através dos seus sons.

A BANDA

Estava à toa na vida
O meu amor me chamou
Pra ver a banda passar
Cantando coisa de amor
A minha gente sofrida BIS
Despediu-se da dor
Pra ver a banda passar
Cantando coisas de amor

O homem sério que contava
dinheiro parou
O faroleiro que contava
vantagens parou
A namorada que contava
as estrelas parou
Pra ver, ouvir e dar passagem
A moça triste que vivia calada sorriu
A rosa triste que vivia fechada se abriu
E a meninada toda se assanhou
Pra ver a banda passar
Cantando coisas de amor

Estava à toa na vida
O meu amor me chamou
Pra ver a banda passar
Cantando coisa de amor
A minha gente sofrida BIS
Despediu-se da dor
Pra ver a banda passar
Cantando coisas de amor

O velho fraco se esqueceu do
cansaço e pensou
Que ainda era moço pra sair do
terraço e dançou
A moça feia debruçou na janela
pensando
Que a banda tocava pra ela
A marcha alegre se espalhou na
avenida e insistiu
E a lua cheia que vivia escondida surgiu
Minha cidade toda se enfeitou
Pra ver a banda passar
Cantando coisas de amor
Mas para meu desencanto
O que era doce acabou
Tudo tomou seu lugar
Depois que a banda passou
E cada qual no seu canto

Em cada canto uma dor
Depois da banda passar
Cantando coisas de amor.

PROJETO DE LEI Nº 453/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada a alínea “P”, do inciso II, do Art. 14 da Lei nº 11.580, alterada pela Lei nº 13.523, de 11 de abril de 2002, que passará a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 14 -...

II -...

p) produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias: assentos (9401); móveis (9403); suportes elásticos para camas (9404.10); colchões (9404.2); pias para cozinha de aço inox (7324.10.00) e pias para cozinha de mármore sintético (6810.99.00)”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.2002.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente projeto de lei a redução do ICMS das pias de cozinha fabricadas no Estado do Paraná, de 18% para 12% incluindo-as na alínea p, do inciso II do artigo 14 da Lei nº 11.580, objetivando beneficiar as empresas paranaenses fabricantes destes produtos, empresas estas que geram empregos e divisas para nosso Estado.

Atualmente as empresas concorrentes instaladas nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, vendem o mesmo produto em nosso Estado com a alíquota de ICMS de 12%, o que prejudica os empresários paranaenses. A competitividade neste mundo globalizado é uma das ferramentas essenciais dos nossos produtos para que nossas empresas continuem contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico de nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 454/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Município com população superior a 20.000 (vinte mil) habitantes, que não desenvolver programa de coleta de lixo e reciclagem, terá suspenso o acesso às linhas de crédito do Estado do Paraná e instituições financeiras públicas, bancos oficiais, nacionais e internacionais, onde o Estado do Paraná ou qualquer um de seus órgãos ligados à administração direta ou indireta atuem como intervenientes.

Parágrafo Único - Não haverá a restrição as linhas de crédito quando as verbas forem destinadas a programas ligados às áreas de saúde e de educação.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.06.2002.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal em seu artigo 225 aduz que é dever do Poder Público estabelecer uma política eficiente de combate à degradação do meio ambiente, preservando-o para as gerações futuras.

Não existe no Estado do Paraná política governamental voltada para o combate à degradação do meio ambiente através da coleta e reciclagem do lixo.

O lixo é um dos maiores problemas enfrentados pela nossa sociedade porque expõe à sociedade à poluição e às doenças a ela inerentes, gerando ainda a degradação ambiental.

O recente episódio de vazamento de óleo da Refinaria da Petrobrás situada no Município de Araucária deixou claro como o lixo não está tendo a devida atenção por parte dos governantes.

O vazamento de óleo da refinaria foi um problema grave, onde todo o trabalho de contenção do óleo foi prejudicado em função do lixo existente no Rio Iguaçu. O lixo simplesmente rompia todas as barreiras de contenção de óleo montadas pelos técnicos.

Assim, a coleta de lixo e sua reciclagem, são medidas imperativas ao Poder Público, sob pena de não cumprimento do dever constitucional de manter um ambiente equilibrado e preservado para as gerações futuras.

Está comprovado que a reciclagem de lixo preserva os recursos naturais, aumentando a geração de recursos e matéria - prima para novos produtos.

Além do aspecto ambiental, deve-se ressaltar que os programas centralizados de coleta de lixo e sua reciclagem trazem grande benefício à saúde pública, bem como são fontes geradoras de emprego.

Segundo a Constituição Estadual em seu artigo 207, § 1º inciso XI cabe ao Estado incentivar a solução de problemas comuns relativos ao meio ambiente e especialmente para a reciclagem de resíduos.

A Lei nº 6.938, de 31 de outubro de 1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, impõe em seu artigo 14 a restrição de crédito aos Municípios que não cumprirem como evitarem a degradação do ambiente:

“Art. 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual ou municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores: *omissis*.

III - à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;”

Esta restrição é medida constitucional, porque não afeta diretamente a receita de Municípios, tendo em vista que não está havendo qualquer tipo de corte nas verbas

municipais previstas constitucionalmente, apenas uma restrição ao acesso a novas linhas de crédito onde o Governo funcione como interveniente.

PROJETO DE LEI Nº 455/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Conselho da Comunidade da Comarca de Ibiporã, com sede e foro na cidade de Ibiporã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.06.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Conselho da Comunidade da Comarca de Ibiporã, é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 07/12/1999, com a finalidade de dar assistência aos presos, planejar, acompanhar e executar projetos de ação comunitária ligadas à prevenção da delinquência; organizar, administrar e fiscalizar a prestação de serviços à comunidade pelos sentenciados, nesta comarca.

Desde a fundação, este Conselho vem desenvolvendo atividades relacionadas à melhoria do espaço físico e benfeitorias prisional, através de benfeitorias realizadas na Delegacia de Polícia de Ibiporã e benfeitorias do Fórum da Comarca de Ibiporã. Vem prestando, junto aos detentos, assistência jurídica, atendimento psicológico e assistência social, sendo este trabalho de crucial importância para ressocialização do indivíduo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra à deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Gostaria de falar de um projeto que protocolei na semana passada, projeto que recebeu o nº 416/2002, que trata da Saúde e Cidadania após os quarenta anos. Temos recebido inúmeras reivindicações para que o Governo do Estado estabeleça um programa destinado às pessoas após os quarenta anos, no sentido de trabalhar as doenças mais frequentes que ocorrem como uma maneira de prevení-las.

É nesse sentido que o projeto visa a orientação às pessoas, porque entendemos que muitas pessoas, quando identificado o problema, já estão incluídas num quadro muito grave e dificilmente conseguem uma recuperação.

Prevemos com esse projeto, ações integradas com grupos de auto-ajuda, oficinas informativas, boletins de orientação e também prevê desenvolver orientações técnicas, como campanha de levantamento da situação, consultas sistemática pelo SUS, acompanhamento periódico

das pessoas doentes, exame preventivo de câncer de próstata, de câncer de mama e colo de útero na mulher, combate a doenças crônicas degenerativas e também atendimento odontológico. Citamos muito a questão da diabetes, a própria questão da osteoporose, que são doenças frequentes após os quarenta anos. Um tratamento terapêutico de transtornos emocionais. Também após os quarenta anos é mais frequente a depressão, a sensação de abandono das pessoas quando os filhos crescem, saem de casa para estudar, para trabalhar.

Então, pedimos no projeto que se trabalhe um pouco com um tratamento terapêutico, para os transtornos emocionais das pessoas.

O programa também prevê conferências municipais, regionais e estaduais para deliberar propostas e metas de ação desse programa e cidadania após os quarenta anos.

Será um programa na ordem de acompanhamento, de prevenção e também de tratamento das pessoas após os quarenta anos. Gostaria de pedir já o voto favorável de todos os senhores deputados inclusive que analisem com carinho todo o projeto.

Também recebi na manhã de hoje a visita de vários professores, acredito que muitos dos deputados também receberam os professores aposentados que estão pedindo apoio para que possam receber a gratificação de R\$100,00 (cem reais) que o Governo do Estado do Paraná tem estendido para alguns servidores do Estado, professores, mas, não aceita repassar a gratificação de R\$100,00 (cem reais) aos aposentados.

Nós entendemos que é um descaso do Governo do Estado com os aposentados que muito contribuíram e de certa forma continuam contribuindo para o Estado e por isso é mais do que justo que o Governo repasse essa gratificação de R\$100,00 (cem reais).

A informação que temos é que o governador vetou a emenda aprovada nesta Casa, onde estendia a gratificação de R\$100,00 (cem reais) aos aposentados. Então, se o governador Jaime Lerner não reconhece todo o trabalho feito pelos servidores que hoje estão aposentados, que no mínimo esta Casa, nós deputados, possamos reconhecer.

Ao mesmo tempo, senhor presidente, gostaria de mais uma vez reforçar desta Tribuna, para que aprovemos o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos funcionários desta Casa, que há muito tempo vêm esperando por isso. Sabemos que a Mesa tem se empenhado nisso, mas é necessário um trabalho mais ágil para que possamos contemplar, também, os funcionários desta Casa com um plano de Cargos, Carreiras e Salários bem merecido pelos nossos funcionários.

Muito obrigada, senhor presidente! Muito obrigada, senhores deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Ricardo Maia.

O SR. RICARDO MAIA

Senhor presidente, senhores deputados, amigos que nos visitam.

Ocupamos a tribuna desta Casa, por termos entrado com um requerimento na Sessão de hoje ao secretário de Estado de Ensino Superior, professor Ramiro, por uma reivindicação antiga da cidade de Maringá que é do Hospital Universitário, o popular HU, que atende hoje mais de cem municípios da região como: Umuarama, Paranavaí, Vale do Ivaí, enfim, todo Noroeste do Estado do Paraná.

O HU é modelo de excelência em muitas coisas na nossa cidade, que faz parte da Secretaria de Ensino Superior, da Fundação Universidade Estadual mas que, lamentavelmente, há vários meses estamos tentando, por parte da Secretaria de Estado de Ensino Superior, autorização para o HU de Maringá possa contratar mais pessoas.

Tivemos, nos últimos anos, muitas ampliações do HU de Maringá, várias conquistas em termos de equipamentos, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, por intermédio do Governo Jaime Lerner; o governador entregou inúmeros equipamentos que são necessários ao Hospital Universitário de Maringá.

Agora, não temos recursos humanos; o Hospital Universitário está hoje com aproximadamente 190 servidores, entre médicos, assistentes, enfermeiros e auxiliares de serviços gerais e necessita urgentemente do aumento do quadro de servidores que será na faixa de mais ou menos duzentas novas contratações.

Essas duzentas novas contratações resolveriam a questão de atendimento na situação caótica que hoje existe na saúde pública de Maringá, chegando ao ponto de ocorrer morte por falta de atendimento médico na cidade, por intermédio do SUS, e vimos que o Hospital Universitário tem toda condição de dar o atendimento necessário.

Mas, para isso necessitamos por parte da Secretaria de Estado de Ensino Superior, autorização para aumentar o número de contratações que são imprescindíveis para o bom funcionamento do HU de Maringá.

De um lado, a Secretaria de Estado da Saúde tem feito um grande trabalho como a ampliação do Hospital.

Do outro lado não temos autorização para contratação.

Então, a situação é difícil!

Temos um grande hospital, o Hospital Municipal, que é administrado pelo Partido dos Trabalhadores, que joga culpa no Governo do Estado.

Outros setores da Universidade, jogam a culpa uma hora na Prefeitura, outra hora na Fundação Universidade Estadual de Maringá, mas o mais importante, senhores deputados, senhor presidente, é que o atendimento da saúde não poderá ficar a espera de decisões políticas, seja do Partido que administra a Prefeitura de Maringá, ou seja do Governo do Estado.

Hoje cobramos da Secretaria de Ensino Superior, para que independente do número de servidores que

temos hoje nas universidades públicas e em todas as instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná - porque defendi e volto a defender - nós deveríamos passar os hospitais universitários para as Secretarias de Estado e da Saúde.

Nós não podemos levar para discussão da área de ensino, o atendimento que esses hospitais fazem hoje, porque senhores deputados, quando foram criados os hospitais universitários, eles eram simplesmente, hospitais universitários.

Hoje, eles prestam um grande trabalho a toda a comunidade paranaense. O de Londrina é excelência e exemplo em muitas áreas da Saúde Pública. Ele atende mais de cem municípios da Região Norte, Norte Velho, Vale do Ivaí.

O de Maringá, quando foi criado, e eu era Vereador na ocasião, era simplesmente para os acadêmicos de medicina da Universidade Estadual de Maringá e hoje não, hoje o HU, atende mais de cem municípios do extremo Noroeste e do centro do Noroeste do Estado do Paraná e até do Vale do Ivaí.

Então, nós não podemos atrelar nas instituições de Ensino Superior, tamanha é a gravidade que se encontram hoje esses hospitais universitários. O de Maringá, de um lado a Secretaria de Estado da Saúde liberou equipamentos que estão lá no HU encaixados, do outro lado a Secretaria de Estado de Ensino Superior, segura o pedido de contratação, o que é um absurdo, porque é um número de cento e tantos, hoje. E nós estamos aqui com este nosso requerimento, tentando mais uma vez que a Secretaria de Ensino Superior autorize essas contratações porque nós temos pouco tempo, com essas contratações aliviaríamos, sem dúvida alguma, o atendimento do HU de Maringá e de toda a região.

Concedo um aparte, com muita satisfação, ao deputado José Maria Ferreira.

O Sr. José Maria Ferreira

Deputado Ricardo Maia, V. Exa. traz um assunto em questão, pelo qual lhe parabeno e não só pela importância, mas sobretudo pela atualidade dele. Neste Governo ou em um próximo com certeza, terá que ser analisado com muita propriedade a questão dos hospitais escolas, porque como V. Exa. colocou com propriedade: se lá atrás, no passado, os hospitais universitários foram criados para atender a função ensino, hoje ele está atendendo muito mais a função do atendimento à população e especialmente a mais carente que não tem plano de saúde, que não uma cobertura adicional de planos complementares, mas que depende do SUS; e é lá que atende o menor índice de taxa de infecção hospitalar.

Como se costuma dizer: ou é para casa ou é para o cemitério, porque os hospitais universitários não fazem meio tratamento, eles fazem sim, é um tratamento completo e estão de parabéns.

Agora, quero acrescentar mais. V. Exa. falava das mortes acontecidas na pediatria do Hospital Universitário

da UEM. Uma morte, que foi a do Pedro: mas já são três, inclusive com uma criança de um mês na cidade de Sarandi, morta com meningite, mostra que se o Estado não agir rapidamente, nós teremos no início do inverno um surto de meningite. O mesmo já aconteceu em Cornélio Procópio, em Sertãoópolis, o que já está prenunciado no Estado do Paraná, especialmente na região Norte, um surto de meningite. E se o Governo, através da Secretaria de Estado da Saúde, não agir rapidamente, poderemos ter o problema em uma situação incontrolável ou com dificuldades extremas. Por isso, cumprimento V. Exa. pelo seu pronunciamento.

O SR. RICARDO MAIA

Agradeço o aparte do nobre deputado!

O que queremos dizer senhor presidente, senhores deputados, é da importância da Secretaria de Estado de Ensino Superior reconhecer e saber separar o que é o Hospital Universitário hoje, no nosso Estado e o que era antes. O deputado José Maria Ferreira colocou bem: antes era um hospital escola e hoje não é mais. Hoje, temos nos hospitais universitários um papel imprescindível no atendimento daqueles que mais necessitam. Como o exemplo do SUS. Nós não podemos ficar aguardando a falta de contratação nos hospitais universitários, porque o Secretário de Estado de Ensino Superior, por capricho pessoal, tem uma rixa e uma briga com as universidades estaduais.

Nós não podemos levar para esse lado! Porque mais importante do que um capricho pessoal do Secretário e a sua briga com os reitores das universidades estaduais, talvez pelo número de servidores ou o número de professores, isso não interessa para nós e interessa muito menos para a população do Estado do Paraná. Nós temos que saber separar. Os hospitais universitários, com poucas contratações melhoraria consideravelmente o atendimento médico no nosso Estado.

Citamos Maringá: o HU de Maringá tem um pedido de contratação de quatrocentos e poucos servidores e um outro pedido de mais de um ano de cento e noventa. Se o governo do Estado, se o secretário de Ensino Superior, autorizar essa contratação, senhores deputados, deputado José Maria que usou a tribuna, dobraria a condição de atendimento do HU em Maringá, com isso não aconteceriam os fatos lamentáveis que ocorreram nos últimos dias. chegamos a três falecimentos, um no dia de ontem, outro nesta semana e outro nos dias anteriores. Então, são três que tivemos lá por falta de UTI.

Em questões de equipamentos e construção de leitos de alvenaria, o HU de Maringá não necessita de mais nada, porque já temos lá uma grande área que foi ampliada, já foi construída e já temos os equipamentos, prontos lá, que foram cedidos pela Secretaria de Estado da Saúde, só falta a autorização para que possamos ter mais contratações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Lino Rusch)

No pequeno Expediente, com a palavra o deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Para mim foi uma alegria muito grande ver a deputada Luciana Rafagnin subir à tribuna deste Parlamento. A deputada Luciana me relembrou o passado quando a deputada Irondi Pugliesi, o deputado Haroldo Ferreira, deputado Alborghetti, todos nós ficávamos travando uma grande guerra com o deputado Caíto Quintana na época da Constituição do Estado do Paraná. E eu vejo o projeto da deputada Luciana, se a senhora tiver dois votos, um é da senhora e outro é meu.

Eu vou votar com a senhora porque o seu projeto é de relevância. Ontem, deputada, assistindo à TV Cultura, à Rede Record, à Globo, eu fiquei horrorizado, porque no seu projeto encaixaria a terapia, a psicologia, a assistente social, até poderíamos acrescentar para pessoas acima de 40, de 50, de 60 anos, e aqui no Paraná nós já temos o Centro de Convivência dos Idosos, que foi criado pela 1ª Dama do Estado, e eu tive um projeto aprovado, inclusive, pela senhora criando o Centro de Convivência para os Idosos de Curitiba, de Londrina, para a sua região, para Cornélio Procópio, terra do meu querido deputado Hermas e tantas outras cidades. Porque a maioria, deputada, hoje um pai, uma mãe trata de cem filhos. Um filho não trata de um pai. Cem filhos não tratam de um pai. A maioria, deputada Luciana, quando a pessoa chega numa idade, como a minha, 57 anos, que estou caminhando aos 60 anos de idade, ou quando eu chegar a uma idade mais avançada eu tenho medo de ir para um asilo e ser maltratado. Eu vou me aposentar como jornalista, como radialista, e tenho medo de ser maltratado. E ontem em São Paulo, senhores do parlamento, o governador criou uma creche para os idosos, creche!

Eu nunca vi isso na minha vida! Aqui no Paraná nós temos o Centro de Convivência para os Idosos. Por exemplo, se eu amanhã ou depois tiver que morar com a minha nora e a minha nora não gostar de mim e fizer a cabeça do meu filho para me internar em um asilo. Então, o meu filho: não, eu vou pegar o meu pai, vou levar pela manhã, e as dezenove horas vou buscá-lo porque dá-se a nítida impressão que a gente vem para cá com tantos ideais e que não sai desta parede de concreto. Nem o governo federal tem esse seu projeto, nem o governo federal! Este é um projeto importante, de país de primeiro mundo e nós não podemos ficar caminhando para trás. Não podemos continuar no terceiro mundo. Esse é um projeto que tinha que ser aplicado. Gasta-se tanto dinheiro em tantas coisas banais, ridículas, imbecis, cretinadas - por que não fazer um projeto desses? Por que? Fiz um projeto recentemente, a senhora também aprovou, porque eu tenho um neto com um problema grave, meu neto é uma criança especial, pelo meu neto eu falei, puxa, se eu passo dificuldade com o meu neto, que hoje inclu-

sive está em São Paulo, colocando um aparelho na cabeça para tirar a água, veja bem, quantas crianças que têm esse problema do câncer que às vezes precisam de um atendimento e não têm, o SUS não faz, ninguém faz, então eu parabeno a senhora. Quantos idosos precisam de quimioterapia, radioterapia e não tem condições de pagar!

Estou aqui calmo, sereno, prestei atenção no seu projeto, acho importantíssimo, espero que os senhores deputado esqueçam os partidos políticos, partido político não faz o político. O político é que faz o seu partido. Não é porque a senhora é do Partido dos Trabalhadores e eu do PTB... nada, vamos esquecer os partidos. O seu projeto é importante, me deixou feliz, amanhã vou fazer um comentário no meu programa de televisão, isto é muito importante para a família. Isto aqui é um Parlamento, isto aqui é para falar, para discutir idéias construtivas. Cada deputado aqui tem seus ideais. Recebi recentemente no meu gabinete um ofício do deputado Orlando Pessuti, preocupado com o problema do leite, da agricultura, outros preocupados com tantos outros problemas, como o deputado Eli Ghellere preocupado com a sua região, tantos outros deputados que estão aqui, o deputado Algaci Tulio preocupado, ele é demasiadamente preocupado com o problema da segurança, problema de salário, eu vibro. O deputado Neivo quando vai à tribuna ele paralisa, porque a sua preocupação é com a prestação de contas, se ela é verdadeira ou não.

Então, deputada Luciana, a pouca amizade que eu tenho com a senhora, a senhora é reservada, eu também fico no meu canto, sou um deputado independente, a senhora pode ter certeza, a senhora pode contar com o meu voto, pode ter certeza. Se a senhora tiver dois votos é o meu e o da senhora. E oxalá, Cristo permita que esse projeto seja colocado em prática em todas as cidades do Estado do Paraná.

Então aceita aqui, de coração, com a alma lavada nesta tarde. Parece que Deus me mandou aqui hoje para ouvir, até que enfim, um projeto que realmente chama-se cidadania, justiça social, a senhora me deixou feliz nesta tarde, a senhora me deu um tema para debater na televisão e com muito orgulho citarei o seu nome em rede estadual, o projeto é seu, terá apoio de todos os senhores deputados para que realmente ajude as pessoas.

O Paraná está carente de idéias como V. Exa. transmitiu nesta tribuna. Saio daqui hoje feliz, com certeza que esse é um grande projeto, voltado para a família.

Tenho certeza que a senhora nesta tarde demonstrou na tribuna que está trabalhando pelo povo e oxalá a senhora volte novamente a este Parlamento e continue com as suas idéias voltadas à área da cidadania e da justiça social.

Com a alma lavada, meus parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não tendo mais oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças: PL, PSC, PSL, PPS, PDT.

Com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk. Antes, porém, queremos registrar a visita na Sessão de hoje do Colégio Senecista São José, do município de Rio Negro, Santa Catarina, tendo como coordenadora desta visita a senhora Norma Sueli Moura Moraes, acompanhada da professora Romy Shetan e a professora Neiva Buzio.

Muito obrigado pela presença e sejam bem vindos no Parlamento do Estado do Paraná.

Com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Aproveitando a presença em nossa galeria daqueles que no dia de amanhã estarão neste plenário, ocupando as nossas funções, como futuros representantes do nosso Estado, porque foi assim que pela primeira vez, eu, como estudante, vim a esta Casa de Leis, e aqui testemunhei os trabalhos dos parlamentares, e nunca tinha pensado em minha vida que um dia eu poderia ser um deles, e aqui eu me encontro no quarto mandato como deputado estadual.

Quero que vocês desse aprendizado e dessa vivência tenham realmente a vocação pela boa política do nosso Estado, da nossa Nação, e para que possamos oferecer para a geração futura um mundo melhor a todo nosso universo.

Mas o que eu quero, senhor presidente Elio Rusch, é testemunhar, nós que tivemos a felicidade de estudar durante a nossa vida acadêmica no ano de 1959, no querido internato paranaense. Internato esse dirigido pelos irmãos maristas, o Colégio Marista da Rua Bispo Dom José, faz 100 anos. No dia 22 de junho estará comemorando 100 anos de história e educação em Curitiba. Os festejos pela passagem desse centenário já começaram no último dia 18 de maio, quando foi reinaugurada a sua capela também do século passado, com a arquitetura clássica desde o barroco, arcadismo, bem como de outros movimentos.

A programação para o próximo sábado, será às 9h30min, missa, por D. Pedro Fedalto, nosso querido arcebispo de Curitiba; às 11 horas, a inauguração do marco de 100 anos, com a presença de autoridades políticas do município e do Estado do Paraná, religiosos, ex-professores, atuais professores, ex-alunos, enfim, pessoas que de todo país estarão presentes para participar desse momento grandioso e importante que marcou a vida de muitas pessoas, inclusive a minha vida.

O irmão Frederico Unterberger, diretor do colégio, durante a restauração da capela encontrou um bilhete que um aluno deixou em uma aula de geografia no ano de 1913, com o nome do estudante e professor. O papel teve grande repercussão na escola e irá fazer parte do museu da mesma.

Estamos colocando, senhor presidente, essa posição dos 100 anos, porque nesta Casa todos nós devemos à nossa escolaridade o que somos, e os participantes dessa

festa poderão selar uma mensagem igual a de 1913 do aluno, para ser aberta tão somente no próximo século.

No período da tarde os ex-alunos e professores paranaenses estarão se reunindo para recordar os bons tempos do internato paranaense. Às 16 horas serão prestadas homenagens a todos com uma missa de encerramento. Ao longo desse tempo passaram pelas salas de aula do nosso querido Internato Paranaense, homens como Ney Braga, Jânio Quadros, Bento Munhoz da Rocha Neto, Newton Sampaio, João Cândido Ferreira, desembargadores, procuradores, juizes, médicos, dentistas, entre outros que estão sendo levantados em todas as profissões da nossa comunidade do Paraná e do Brasil.

O Colégio Marista passa por um processo total de restauração - pelo menos metade das obras já estão concluídas. Em sua fundação, deputado Orlando Pessuti, o colégio era seminário e ginásio e pertencia aos diocesanos. Tem como fundador o bispo Dom José de Camargo Barros. Os irmãos maristas assumiram o Internato Paranaense em 1939, onde só eram aceitos rapazes. Apenas em 1975 a instituição matriculou a primeira menina, passando, a partir desta data, a ser uma escola de educação mista.

Quero também, deputado Edson, V. Exa. que representa nesta Casa, além daqueles votos da sua representação, representa também um irmão nosso de fé, mesmo não sendo católico, mas que faz parte também da história daqueles que têm fé naquele que nos empresta a vida.

Nós, ex-alunos, tivemos a felicidade de fundar a Associação dos Ex-Alunos do Colégio Marista Paranaense, que está arquivado no cartório sob o microfilme 892580 e todos os documentos exigidos pelas leis pertinentes a essa instituição criada.

Quero neste instante, senhores deputados, dizer que se encontra no nosso meio o presidente Carlos Marcondes Filho, tendo ainda os membros Wilson Barros e outros companheiros, como o José Carlos Maestrer. Temos a dizer que nós tínhamos uma Comissão Provisória na pessoa do ex-deputado Namir Piacentini, colega desta Casa, como secretária a Nara Maria e os membros Laertes Fankin e Dilson Barros na primeira diretoria provisória. E agora temos uma diretoria que está fundada e embasada dentro da República Federativa do Brasil, constituída dentro do que a lei reclama.

Queria, neste instante, aproveitar como fiz no início, a presença dos alunos que irão nos suceder, como irão nos suceder nossos filhos. de que no dia de amanhã, vocês tivessem orgulho desse uniforme que estão usando neste instante, como tenho orgulho de ter estudado no Colégio Marista, no Internato Paranaense. E, nesta homenagem, associo o nome dos irmãos Turíbio, Bento, José; os professores daquela instituição e todos aqueles que ajudaram nesses 100 anos de educação, daquele estabelecimento.

Quero, ao finalizar, senhor presidente, dizer que esta Casa que representa o Poder Legislativo do Estado,

estará presente, e faço um convite a V. Exa., deputado Elio Rusch, no próximo sábado nos dar a honra, representando este Poder, se possível com sua família para que possam testemunhar a grandeza, a felicidade e principalmente o caminho, não só da educação mas o caminho da fé que aquele educandário empresta a seus alunos como emprestou a nós, ex-alunos.

Finalizo, uma vez mais, cumprimentando o Colégio Marista Paranaense, que faz o orgulho da educação do nosso Estado e daqueles homens que emprestam as suas vidas para que nós outros possamos chegar onde nos encontramos e desenvolver um trabalho em favor da família do nosso Paraná.

Parabéns Colégio Marista Paranaense, parabéns a esta Casa e cumprimento a todos os senhores deputados pedindo seu comparecimento, naquela festividade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No horário do PMDB concedo a palavra ao deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Compareço à tribuna na tarde de hoje, para dar contas de nosso trabalho à frente da CPI dos Alimentos; Comissão esta que está analisando a cadeia produtiva do leite, da carne, dos hostifrutigranjeiros e do café. Tivemos uma reunião muito boa na manhã de ontem, nas dependências da biblioteca desta Casa de Leis, onde deputados que compõem esta Comissão e entidades que nos apoiam e participam dos trabalhos, estiveram reunidos para, junto com o relator, deputado Cezar Silvestri e outros parlamentares, discutirem previamente o conteúdo do pré-relatório que vamos elaborar na próxima segunda-feira, dia 24, e aprovar, esperamos, no próximo dia 25.

Feito este trabalho com o leite vamos partir também para as conclusões acerca dos hortifrutigranjeiros que têm como sub-relator o deputado Pastor Edson Praczyk. estamos concluindo também toda a discussão com referência à Portaria 56 do Ministério da Agricultura que tem como sub-relatora a deputada Luciana Rafagnin.

Estamos também nos encaminhamentos finais nas questões ligadas ao café, cujo sub-relator é o deputado José Maria Ferreira.

Na questão da carne nós continuamos trabalhando durante o mês de julho, no recesso parlamentar, para que também em agosto possamos concluir o relatório no que diz respeito ao item carne.

No que diz respeito à carne o assunto que mais tem chamado a atenção é o problema vivido pelos suinocultores, que em dezembro vendiam o quilo do porco vivo ao redor de R\$1,40, hoje não conseguem preço superior a R\$1,00. Em contrapartida o custo da produção da suinicultura aumentou, porque nesse período o milho aumentou de cerca de R\$10,00 para R\$15,00 e o farelo de soja que também é utilizado no alimento desses animais tam-

bém teve um aumento significativo em função do aumento do preço do soja por causa da variação do dólar.

Na questão da suinicultura nós tivemos oportunidade de estar num reunião em Florianópolis, a questão de uns trinta dias atrás. Tivemos uma reunião com lideranças da suinicultura. Uns quinze dias atrás em Francisco Beltrão, parlamentares desta Casa, representaram a CPI, num encontro de suinocultores. E no dia de amanhã, nós estaremos na cidade de Marechal Cândido Rondon, lá estaremos em conjunto com os deputados Ademir Bier, Elio Rusch, Duílio Genari, Eli Ghellere e Nereu Moura, quando vamos participar de um dia de protesto do suinocultor no Oeste do Paraná e vamos ter oportunidade de às 09h30min, realizar uma audiência pública da CPI dos Alimentos, também chamada de CPI da Carne Suína. Vamos lá para ouvir os produtores, colher subsídios, porque no próximo dia 26, quarta-feira da semana que vem, estaremos em Brasília por dois motivos: para entregar o relatório que estaremos aprovando no dia 25, no que diz respeito ao leite; entregar ao Ministério da Agricultura, às lideranças da Confederação Nacional da Agricultura, entregar na Secretaria de Desenvolvimento Econômico - CADE, na Receita Federal, entregar aos deputados que integram a Comissão de Agricultura da Câmara Federal. Vamos também no dia 26 quarta-feira, levar ao ministro Pratini de Moraes, as reivindicações da suinicultura que já foram recepcionadas na reunião de Francisco Beltrão, vamos amanhã na cidade de Marechal Cândido Rondon, na companhia dos deputados Elio Rusch, Ademir Bier, Eli Ghellere, Nereu Moura, Duílio Genari, colher as informações da região Oeste do Paraná, tudo isso entregar e levar evidentemente as reivindicações do setor suinícola ao ministro da Agricultura.

Eram essas informações que nós tínhamos acerca da CPI dos Alimentos, esperamos realmente contar com a manifestação, com o apoio de todos os deputados, não só daqueles que integram a Comissão Parlamentar dos Alimentos, mas de todos os parlamentares desta Casa, porque estamos mexendo num assunto que é da maior importância, quando se fala hortifrutigranjeiros, quando se fala café, carne, leite, quando se fala em alimentos. Evidentemente que estamos falando na vida, condição de vida para cada um de nós que aqui estamos e para todos aqueles que neste mundo residem.

O Sr. Ricardo Maia

Senhor deputado Orlando Pessuti, quero cumprimentá-lo, bem como aos membros da Comissão, que é presidida por V. Exa., que com muita propriedade tem conduzido essa CPI de tamanha importância para o Estado do Paraná, para o nosso país. Que o Brasil é um dos únicos países do mundo emergente, um grande país, que não tem uma política agrícola definida, que não tem uma política de preços mínimo definidos.

A CPI, milagres ela não faz, mas ela traz à discussão a importância que representa para o Estado do Paraná. Nós temos o trabalho da CPI no tocante ao leite,

ao caso da suinicultura agora. A CPI traz à discussão na Assembléia Legislativa, com envolvimento da Faep, da Ocepar, das Cooperativas, Sindicatos Rurais, das Câmaras de Vereadores, a CPI está conseguindo trazer essa grande dificuldade que passam alguns setores da área rural do Estado do Paraná, uma discussão de suma importância para que possamos caminhar juntos para buscar uma solução. Precisamos urgentemente de resolver algumas questões importantes. O leite é uma, a suinicultura é outra, o café é outro.

Incentivamos o plantio do café e hoje está aí, o produtor colhendo o café, não tendo a garantia de preço mínimo, comercializando em média a noventa centavos o quilo do café, e a CPI já conseguiu com isso conscientizar o ministro da Agricultura de que é necessário a inclusão do café moído na cesta básica nacional adquirida pelo Governo Federal, como pelos demais governos. Então, a CPI traz essa discussão.

Está de parabéns V. Exa. porque tem conduzido o trabalho com muito conhecimento e propriedade, bem como, os demais membros da CPI.

Obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço ao deputado Ricardo Maia pelo aparte que nos faz e sabe ele muito bem porque é empresário na cidade de Astorga e quando lá estivemos, no dia 18 de abril, os sindicatos rurais se reuniram, sob a liderança do senhor Goerino, para naquele momento, colocar com clareza as dificuldades que enfrenta outro setor de carne que é o setor da avicultura de corte, que está a reclamar um preço melhor para o frango terminado.

Se não sabem os senhores deputados, todos aqueles que, na condição de avicultores de corte, trabalham em parceria com algum frigorífico, num sistema de integração, recebem pelo trabalho que fazem de criar e engordar um frango R\$0,10 (doze centavos) ao final do período de engorda desse animal, que normalmente está levando em torno de quarenta a quarenta e cinco dias.

O produtor rural tem que ter a propriedade rural, tem que ter o barracão e daí recebe toda as outras coisas: a ração, o pintinho, a assistência técnica; e por esse trabalho de quarenta e cinco dias o produtor recebe apenas R\$0,12 (doze centavos) por frango que ele termina.

Então, é um preço realmente muito baixo e os avicultores estão reivindicando um preço maior. Têm alguns que recebem R\$0,13 (treze centavos) chega até R\$0,16 (dezesseis centavos), dependendo do tamanho e do tipo de atividade que desenvolve; se é um aviário climatizado ou não; dependendo da distância em que se busca esse animal. Mas, a maioria dos produtores recebem apenas 0,12 (doze centavos) e estão reivindicando que seja a eles repassado, pelo menos, R\$0,25 (vinte e cinco centavos) por frango terminado.

Então, o nosso trabalho é gigantesco, senhor presidente, vai a fundo na questão dos hostifrutigranjeiros; vai a fundo agora na questão da carne do suíno; do

frango; da carne do boi; como foi a fundo na questão do leite, identificando uma série de problemas que já foram também traduzidos numa brilhante reportagem, eu já disse aqui, da Revista Exame, falando acerca da ditadura do varejo.

Normalmente, as CPI's são citadas com chacotas ou com desmerecimento e para satisfação nossa, deputado Ricardo Maia, deputada Luciana Rafagnin e demais deputados, a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos na reportagem da Revista Exame foi citada para enaltecer o trabalho da Assembléia Legislativa do Paraná, diferente de outras CPI's que são criticadas, a nossa foi enaltificada por que produziu informações que permitiram, inclusive, a elaboração daquela reportagem da revista Exame.

Na questão do café está aí o projeto do deputado Nelson Garcia que estipula uma série de normas e requisitos nos procedimentos licitatórios para aquisição de café por parte das entidades públicas. É um projeto importante que teve o aval não só da Assembléia, mas, principalmente das instituições públicas de pesquisa, como é o caso do Iapar e da Secretaria da Agricultura.

É o caso também do projeto nosso e do deputado Hermas Brandão que já se transformou em lei e que instituiu o selo de qualidade para o café, porque a maioria das pessoas que aqui estão - e que bom que tenhamos aqui essa juventude representada nesta tribuna, nas nossas galerias e que pertencem ao Colégio Marista, como foi aqui anunciado pelo deputado Zuk - a maioria deles, tenho certeza, não sabem que o café que eles bebem na sua casa, hoje, não possui nenhum tipo de rótulo.

Se você pegar uma bala, sorvete ou bolacha, qualquer coisa, tem identificado o que tem dentro do produto, mas peguem vocês quando chegarem em casa o pacote de café para ver se está escrito que tipo de café; qual a qualidade do café; qual a mistura que tem. Nós estamos bebendo café robusta que é de péssima qualidade; estamos bebendo cevada torrada e moída; estamos bebendo milho torrado e moído; como se fosse café.

Então, a CPI dos Alimentos tem produzido resultados satisfatórios.

E nós esperamos, deputado Elio Rusch, deputados outros que estarão conosco lá em Marechal Cândido Rondon, amanhã. Que desse encontro que é organizado pela Associação Paranaense de Suinocultores, pela Associação Regional de Suinocultores do Oeste, pela Associação dos Suinocultores de Marechal Cândido Rondon e pelas Associações Municipais dos Suinocultores da Região Oeste do Paraná, que possamos amanhã ser um elo de ligação entre os produtores, para que possamos amenizar um pouco mais o drama dos suinocultores, porque sem sombra de dúvidas, estão vivendo um momento difícil onde o preço do seu produto baixou mas o custo da produção subiu violentamente, fazendo com que o suinocultor hoje, ao terminar um animal, ao concluir a engorda de um animal, ele esteja perdendo de trinta a cinquenta reais.

Era isso, senhor presidente, muito obrigado, inclusive pela tolerância do tempo.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PFL, deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, nobres pares, senhoras e senhores.

Nós estamos usando esta tribuna por dois motivos: um de alegria e outro de tristeza e preocupação.

Vamos ao da preocupação primeiro.

O nosso colega, deputado da nossa região, o Ricardo Maia, abordou hoje o problema do Hospital Universitário de Maringá.

Na sua apelação pediu ele mais contratação de funcionários, para que não aconteça o que está acontecendo hoje, mortes de crianças, principalmente, que precisam de neonatal.

A alegação da administração do HU de Maringá é de que faltam funcionários.

Agora, vejam os senhores; desculpe nobre colega, mas não posso acompanhá-lo nessa sua alegação de que faltam funcionários.

Conheço o HU de fora e de dentro! Posso dizer que ao HU falta o que falta para toda a Universidade Estadual de Maringá. Uma administração eficiente, competente, responsável, que utilize o dinheiro de uma forma séria e não faça o que está fazendo hoje lá.

Nos últimos sete anos, o governador Jaime Lerner repassou mais de 400% de recursos além da inflação, às universidades públicas do Paraná.

Os resultados práticos que temos aí, são verdadeiras fábricas de doutores, verdadeiras fábricas de professores fazendo cursos de mestrado e de prático nada vemos.

Os nossos hospitais universitários são verdadeiros contra-sensos de administração moderna.

Quando vereador em Maringá, fizemos uma comparação entre um hospital particular e um hospital universitário e chegamos à seguinte conclusão nobres colegas: enquanto um hospital particular precisa de dois funcionários por leito, no hospital universitário de Maringá, tinha dezesseis funcionários por leito.

Então, vejam os senhores, que o problema não é funcionário. O problema é a forma como está sendo administrado.

Um médico do hospital universitário trabalha duas horas por dia. Vai lá, pica o cartão, olha o doente e vai embora.

Ora! Nós temos que olhar com seriedade isso. O Hospital Universitário de Maringá recebe este ano, mais de quinze milhões por mês. E aonde vai esse dinheiro?

Vai para o funcionalismo. Para o inchaço que existe lá dentro.

Então, infelizmente, o Governo do Estado também pouco pode fazer porque foi dada autonomia à Universi-

dade Pública do Paraná e desse Brasil afora. Autonomia didática, pedagógica e financeira.

E ao Governo do Estado não cabe, a não ser repassar recursos.

Conversando com o secretário Ramiro, fazendo uma reclamação a ele, nobre deputado Chab, o que iríamos fazer com a administração da UEM de Maringá, que parou quase seis meses numa greve, reclamando aumento de salário e depois voltou. O governador deu aumento que não podia dar, mas deu. Ela voltou e sessenta dias depois entrou em regime de férias por sessenta dias.

Vejam os senhores, a Universidade Estadual de Maringá, ficou fechada por quase seis meses, voltou a funcionar e noventa dias depois, mais dois meses de férias.

Ora, gente. Desculpe! Isso é um descaso para com a opinião pública, é um descaso para com as autoridades, para com deputados e para com todo o povo paranaense que paga regimento o ICMS e que mantém as universidades públicas. E não temos mecanismos para resolver isso! O Governo se encontra de mãos amarradas, porque não tem como chamar a atenção da universidade pública para que ela se modernize, que trabalhe com responsabilidade, que use o tostão que recebe de uma forma eficiente.

Hoje, nós temos aí a perda total do controle da situação de mercado, porque as universidades, nos últimos sete anos, elas somente cresceram 30% e o número de alunos que precisam ir para a universidade cresceu em 115%. Então, vejam os senhores: a universidade pública hoje, é freqüentada por aluno que vem de escola particular e se olhar o perfil sócio-econômico da família desse aluno, é de família de classe alta, senhor presidente. O pobre, hoje, não entra na universidade pública do Paraná, porque não tem como competir, porque o estudante de classe média precisa trabalhar durante o dia e estudar à noite e chega no vestibular e vai competir com o filho do rico que estuda durante o dia e tem professor particular para dar reforço.

Então, hoje a universidade pública abre vaga de vestibular, por exemplo: tem lá quinze mil inscritos para mil e quinhentas vagas, que é o caso de Maringá. Somente 10% conseguem entrar na universidade pública do Paraná e esses 10% vêm de onde? Eles vêm da classe alta, justamente aquele que poderia pagar uma universidade particular. É uma ironia o que está acontecendo neste nosso Paraná! E o mesmo acontece com o Hospital Universitário de Maringá: ele é mal administrado, tem um inchaço de funcionários e infelizmente mostra-se a realidade aí, como crianças morrendo dentro desse hospital universitário. Não é por aí! Acho que temos que achar mecanismos para que o governo possa intervir, a Secretaria da Saúde tenha que intervir e cobrar eficiência, cobrar competência desses diretores que dirigem essas universidades e esses hospitais públicos.

Agora, senhor presidente, para encerrar a notícia boa é que amanhã convidamos a todos os nossos deputa-

dos para uma tarde importante aqui na nossa Assembléia. Vamos fazer a entrega do título de Cidadão Benemérito ao presidente da FAEP, o engenheiro Ágide Meneghette. Não preciso dizer da importância desse acontecimento! Realmente, vai ser uma homenagem dada a um homem que cuida da agricultura, que protege a terra e protege o nosso lavrador. E vamos, então, recebê-lo aqui com todas as lideranças rurais do Paraná e quero ter o prazer também de ter o máximo de deputados aqui. Sei que é um dia impróprio, quinta-feira a maioria está em suas bases, mas foi escolhido esse dia e vai ser um grande acontecimento. Convido a todos os deputados, a imprensa, a todos os companheiros da Casa para que venham para fazermos essa grande homenagem ao Ágide Meneghette e com isso vamos homenagear toda a nossa agricultura. O Paraná que é o Estado que contribui com a maior participação na balança de pagamentos, através de seus produtos agrícolas, vai amanhã então homenagear o Ágide Meneghette.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Ainda no Horário das Lideranças: PTB, Liderança do Governo, Liderança das Oposições.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Queremos, em nome do presidente da Assembléia, deputado Hermas Brandão, convidar todos os senhores deputados para o lançamento do livro Brasil Amaná Mude Agora, de autoria do senhor Osame Zakamory (?), a realizar-se hoje às 17h30min, no espaço cultural do Centro Legislativo Presidente Anibal Khury. Todos os senhores deputados estão, gentilmente convidados.

Requerimento nº 1710, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução nº 009/2002, de autoria de diversos senhores deputados, que dispõem sobre a constituição de Comissão

Parlamentar de Inquérito para investigar regime de organização do assassinato do deputado Tiago Amorim Novaes.

Em votação. Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 5

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 009/2002, de autoria do deputado Nereu Moura e outros, que cria Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Estado do Paraná, para investigar o crime organizado, assassinatos do deputado Tiago Amorim Novaes, e da Região Metropolitana de Curitiba, composta por 07 (sete) membros, e com prazo de duração de 120 dias, com base nos termos do artigo 122, parágrafo 2º, III, do Regimento Interno desta Casa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, o requerimento do deputado Orlando Pessuti pedindo a inversão da Ordem do Dia já foi votado nesta tarde. Então, neste momento nós vamos votar o último item da pauta?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não é inversão, é preferência de votação para o item 5.

O SR. DURVAL AMARAL

Sim. Qual seja o Projeto de Resolução nº 09/2002. Há uma emenda apresentada à Mesa, presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A emenda já chegou.

A emenda e o projeto retornam à CCJ.

O SR. MARCOS ISFER (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente, o teor da emenda e essa emenda foi apresentada neste momento?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Exato.

O SR. MARCOS ISFER

E o teor da emenda dela, por obséquio, senhor presidente. Podemos tomar conhecimento do teor desta emenda?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

(**Lê a emenda**)

“SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/2002

Art. 1º - Fica criada a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, exclusivamente, o assassinato

do deputado estadual Tiago Amorim Novaes (33 anos), ocorrido em 18 de dezembro de 2001, na cidade de Cascavel, às 21h, na Rua Mato Grosso, 1680, em frente ao Edifício Ile de France.

Parágrafo Único - A Comissão de que trata este artigo será composta de 15 (quinze) membros, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, na forma dos que prescrevem os artigos 36 e 122, parágrafo 2º, III, do Regimento Interno.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.06.2002.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Duílio Genari, Tony Garcia, Luiz Accorsi, Miltinho Pupio, Divanir Braz Palma, Cesar Seleme, Antonio Carlos Belinati, Carlos Simões, Moysés Leônidas, Plauto Miró Guimarães, Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Nelson Garcia, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus, Edno Guimarães e 01 ilegível.”

O projeto de resolução retorna à CCJ, para exarar parecer.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, pelo que eu pude depreender da leitura que fez V. Exa., esta Emenda Substitutiva Geral de Plenário, deve ser nesta condição que ela ingressou, ela só difere da Emenda Substitutiva Geral da CCJ no número de componentes da Comissão. Eu indagaria se nesta emenda consta a indicação de números de suplentes ou só de 15 titulares.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não. Não consta, porque não faz parte.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Não, porque, então, nós vamos pedir ao relator da CCJ, deputado Antonio Carlos Belinati, que faça constar 15 membros suplentes, para que a maioria absoluta desta Assembléia possa participar da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa., deputado Orlando Pessuti, sabe muito bem que já faz parte do próprio Regimento Interno que cada titular terá sempre um suplente.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/2002, de autoria do deputado Ademar Traiano e outros, que incentiva o

recolhimento de impostos estaduais em atraso e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito verificação de votação.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Mesa defere e fará a verificação de votação com chamada nominal dos senhores deputados.

(**É procedida a chamada nominal dos senhores deputados**)

27 parlamentares presentes.

Não há quórum para deliberação e sim para continuação da Sessão.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1708, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1711, de autoria do deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Informo aos deputados que amanhã não haverá a Sessão Ordinária, teremos somente uma Sessão Solene, às 17 horas, quando estará recebendo o Título de Cidadão Honorário, o presidente da Fataep, Dr. Ágide Meneghette, por proposição do deputado Divanir Braz Palma.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/2002.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 402/2000; 347, 354, 486, 568/2001 e 107/2002.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 341/2001 e 299/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 677/2001; 116, 158, 173, 248, 262, 271, 294, 318, 335, 343, 347, 349 e 350/2002.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 316/2001

I - exonerar, a pedido, MARICY MARIA SIMÕES DOS SANTOS, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de outubro de 2001.

II - exonerar, a pedido, ANDREA CANCHIOLI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de outubro de 2001.

III - prover, EDUARDO QUEIROZ OLIVEIRA VENÂNCIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de outubro de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 317/2001

I - prover, ROSANE DE FÁTIMA POLAKOSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de outubro de 2001.

II - exonerar, a pedido LUIZ FERNANDO ESTECHE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de outubro de 2001.

III - prover, SANTA TERESINHA DOS SANTOS SUKENSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de outubro de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 318/2001

I - prover, WILSON DE OLIVEIRA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Chab, a partir de 1º de outubro de 2001.

II - prover, CARLOS ANTONIO DE MELLO, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Chab, a partir de 1º de outubro de 2001.

III - prover, KARINI COLONTONIO DE MELLO, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Chab, a partir de 1º de outubro de 2001.

IV - prover, JORGE DE ALMEIDA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Chab, a partir de 1º de outubro de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 319/2001

I - exonerar, a pedido, WIDERSON NADALIN, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de outubro de 2001.

II - exonerar, a pedido, DANIELLE TRENTINI TURECK, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de outubro de 2001.

III - exonerar, a pedido, CHAYENNE RODRIGUES YACOTA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de outubro de 2001.

IV - prover, JOAQUIM BATISTA DA SILVA FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de outubro de 2001.

V - prover, MARCO ANTÔNIO MIRÓ GUIMARÃES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de outubro de 2001.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.10.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 320/2001

I - exonerar, a pedido, CAROLINA ARJONAS PALMA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Braz Palma, a partir de 1º de outubro de 2001.

II - prover, PEDRO JOSÉ DE SÁ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Braz Plama, a partir de 1º de outubro de 2001.

(Protoc. nº 10913/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 321/2001

I - exonerar, a pedido, MAERLIO FERNANDES BARBOSA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de outubro de 2001.

II - exonerar, a pedido, RONALDO JOSIAS COQUEIRO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 2ª Vice-Presidência, a partir de 1º de outubro de 2001.

III - prover, MAERLIO FERNANDES BARBOSA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 2ª Vice-Presidência, a partir de 1º de outubro de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

IV - exonerar, a pedido, ROSANGELA DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabi-

nete da Liderança do PT, a partir de 1º de outubro de 2001.

V - prover, RONALDO JOSIAS COQUEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de outubro de 2001.

(Protoc. nº 10938)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15.10.2002.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 322/2001

I - exonerar, a pedido, TIAGO HENRIQUE VALLADÃO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 1º de outubro de 2001.

II - prover, JOSÉ APARECIDO CARRARETTO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 1º de outubro de 2001.

(Protoc. nº 11092/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 323/2001

I - exonerar, a pedido, MARIA JOSÉ DESINHO HILMAN, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de outubro de 2001.

II - prover, TARCÍSIO HILMAN, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de outubro de 2001.

(Protoc. nº 11011/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 324/2001

I - exonerar, a pedido, ORLANDO MOISÉS FISCHER PESSUTI, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete da 2ª Secretaria, a partir de 1º de outubro de 2001.

II - prover, GIOVANI DE JESUS PESUSCKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 2ª Secretaria, a partir de 1º de outubro de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços extraordinários, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

III - exonerar, a pedido, LUCIE BADE FISCHER, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de outubro de 2001.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17.10.2002.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 325/2001

I - exonerar, a pedido, DJENIFER DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do P.L., a partir de 1º de outubro de 2001.

II - prover, VERA LÚCIA DA SILVA SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do

gabinete da Liderança do P.L., a partir de 1º de outubro e 2001.

(Protoc. nº 11174/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 326/2001

I - prover, VANESSA MASSARO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessora da Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, a partir de 1º de outubro de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. nº 11175/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 327/2001

I - exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do P.S.D.B., a partir de 1º de outubro de 2001.

JOSÉ CARLOS PASIAN

CÍDIO GUIMARÃES SEVERINO

FRANCIELE POLETO

PAULO CÉSAR DE CRISTO

LOURACI DE MOURA LUTZ

CHARLES PEREIRA LUSTOSA SANTOS

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18.10.2002.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

VALDIR ROSSONI - 1º Secretário

ANTONIO ANIBELLI - 2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 57/2002

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ANA MARIA ANTUNES, matrícula nº 40203, de trinta (30) dias a partir de 24 de maio de 2002, término em 23 de junho de 2002. CID.298.9/0.

(Prot. nº 4825/2002)

PORTARIA Nº 58/2002

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, NEUSA CARDOSO, matrícula nº 40329, de trinta (30) dias a partir de 29 de maio de 2002, término em 28 de junho de 2002. CID.I.10+E.11.

(Prot. nº 4826/2002)

PORTARIA Nº 59/2002

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo do serviço público de ANA BEATRIZ SILVA PRADO, matrícula nº 40206, funcionária desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Agente Universitário N-64, lotada na Diretoria Legislativa e admitida em 01 de fevereiro de 1985, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 2569/2002)

PORTARIA Nº 60/2002

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo do serviço público de OSMAR PRESTES, matrícula nº 40412, funcionário desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotado na Diretoria Legislativa e admitido em 01 de maio de 1988, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 2574/2002)

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.06.2002.

(a) ABIB MIGUEL

Atas de Comissão:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE ALIMENTOS 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de maio de dois mil e dois, às 09h30, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito de Alimentos, no plenarinho, sob a presidência do senhor deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Cezar Silvestri, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Plauto Miró Guimarães, Luciana Rafagnin. Dado início aos trabalhos o senhor presidente, deputado Orlando Pessuti, agradeceu a presença da deputada Luciana Rafagnin e do deputado Eli Ghellere por terem estado em Brasília no último dia 30, representando os deputados membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Salientou que a reunião de hoje tem como objetivo o diálogo com as cooperativas do Paraná, em especial com indústria do leite, visando estabelecer um preço de forma antecipada para o leite adquirido junto ao produtor rural. Nesta oportunidade o senhor

deputado Orlando Pessuti designou os sub-relatores para auxiliar o relator deputado Cezar Silvestri nas próximas etapas desta CPI, ficando definidos da seguinte maneira: deputado Ademir Bier, Carne; deputado Edson Praczyk, Horfifrutigranjeiros; deputado José Maria Ferreira, Café e deputada Luciana Rafagnin, para assuntos referentes à Portaria 56. Em seguida foi dada a palavra para os participantes da reunião, que teceram comentários, tudo conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata que vai assinada por ele, e por mim Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cartoze dias do mês de maio de dois mil e dois, às 11h00, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a presença dos senhores deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 62/2002 - Submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos senhores deputados referentes aos meses de março e abril de 2002. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o senhor presidente da Comissão, deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao senhor deputado José Maria Ferreira, relator da Proposição nº 62/2002, que trata de prestação de contas de verba relativa aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente aos meses de março e abril de 2002, conforme Resolução nº 15/92 de 19 de junho de 1992, em seu Artigo 14. Após análise da matéria, o senhor relator chegou à conclusão que as referidas contas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, dada à sua exatidão, entendendo

pelo parecer FAVORÁVEL - APROVADO, no que foi acompanhado por unanimidade pelos senhores deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretária e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente da Comissão, senhores deputados presentes e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de junho do ano dois mil e dois, reuniu-se na sala de Reunião das Comissões de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do senhor deputado Nereu Moura, mais a presença dos senhores deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 086/2002 de autoria do deputado Nelson Garcia. Relator deputado Fernando Ribas Carli - parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 092/2002 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 06/2002. Relator deputado Plauto Miró - parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 107/2002 de autoria do deputado Hermas Brandão. Relatora deputada Luciana Rafagnin - parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Rosângela Alves Cardoso, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) NEREU MOURA - Presidente
Rosângela Alves Cardoso - Secretária